



SENADO FEDERAL  
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania  
**PARECER Nº           , DE 2023**

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ, sobre as emendas a serem apresentadas ao Projeto de Lei nº 4, de 2023-CN, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2024.

Relator: Senador Alessandro Vieira

## **I – RELATÓRIO**

Conforme o disposto no art. 166 da Constituição Federal e nos termos da Resolução nº 1, de 2006-CN, encontra-se em tramitação, no Congresso Nacional, o Projeto de Lei nº 4, de 2023-CN, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2024 – PLDO 2024.

De acordo com as normas de tramitação do PLDO 2024, cujos fundamentos são lançados pela citada Resolução nº 1, de 2006-CN, e pelo Parecer Preliminar da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ tem competência para propor emendas ao projeto, devendo fazê-lo na condição de autor de emenda coletiva.

As regras para apresentação, admissão e acolhimento de emendas ao PLDO 2024 estão delineadas na Parte Especial do Parecer Preliminar da CMO. No presente contexto, cumpre realçar que as emendas passíveis de serem apresentadas pelas comissões permanentes podem ser categorizadas em dois grupos: i) emendas para inclusão de ação orçamentária no Anexo de Prioridades e Metas, limitadas ao máximo de três emendas (item 2.2.2 - b do Parecer Preliminar); ii) emendas de texto, sem limite de quantidade (item 2.1.4 do Parecer Preliminar).



## SENADO FEDERAL

### Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Vale destacar, também, que o Parecer Preliminar estabelece, no item 2.3.1, que somente serão admitidas emendas de comissão permanente que estejam acompanhadas da ata da reunião em que se decidiu por sua apresentação e sejam restritas às competências regimentais da Comissão; e no item 2.3.4, que não serão admitidas emendas que contrariem norma constitucional, legal ou regimental. Além disso, o item 2.3.5 do mesmo Parecer assenta que não devem ser admitidas emendas que pretendam incluir, no Anexo de Prioridades e Metas, programações não correspondam a competência exclusiva ou comum da União, ou que destinem recursos para despesas obrigatórias (classificadas com indicador de resultado primário igual a 1 – RP 1.

Foram apresentadas a esta Comissão 38 (trinta e oito) propostas de emenda para inclusão ou acréscimo de meta no Anexo de Prioridades e Metas, listadas no Anexo I, e 12 (doze) propostas de emendas de texto.

## II – ANÁLISE

Foram contempladas nas propostas 11 (onze) ações orçamentárias para o Anexo de Prioridades e Metas. Em que pese o mérito das propostas, pelas normas vigentes, a Comissão poderá apresentar apenas 3 (três) emendas.

Para a escolha das emendas, o critério que utilizamos foi o quantitativo, de tal modo que fossem contempladas as ações mais indicadas pelo maior número de senadores. Assim, foram selecionadas as seguintes ações:

Descrição da ação	Propostas	Autores
20IE - Articulação de Política Pública sobre Drogas	1,12,18,22,26,36	Eliziane Gama, Plínio Valério, Jorge Kajuru, Ana Paula Lobato, Alessandro Vieira e Veneziano Vital do Rego
21BM – Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade	4,11,19,24,33,37	Omar Aziz, Plínio Valério, Jorge Kajuru, Ana Paula Lobato, Mara Gabrili e Veneziano Vital do Rego
20UF – Regularização fundiária, proteção e gestão dos territórios indígenas	9,15,29,32,34	Huberto Costa, Rogério Carvalho, Zenaide Maia, Tereza Leitão e Augusta Brito



**SENADO FEDERAL**  
**Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**

**III – VOTO**

Em face do exposto, somos pela apresentação, por esta Comissão, da inclusão das seguintes emendas ao Anexo de Prioridades e Metas:

<b>Emenda</b>	<b>Proposta</b>	<b>Ação</b>	<b>Meta física</b>
1	1	20IE - Articulação de Política Pública sobre Drogas	30
2	4	21BM – Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade	400
3	9	20UF – Regularização fundiária, proteção e gestão dos territórios indígenas	200

Assim, serão acolhidas as propostas de números 1,12,18,22,26,36 na forma da proposta de número 1, as propostas de números 4,11,19,24,33,37 na forma da proposta de número 4, e as propostas de números 9,15,29,32,34 na forma da proposta de número 9.

Acolhemos, também, todas as propostas de emendas ao texto ao PLDO 2024 que foram apresentadas.

Sala da Comissão, 14 de novembro de 2023.

Senador WEVERTON  
 Presidente em exercício

Senador ALESSANDRO VIEIRA  
 Relator

Senadora AUGUSTA BRITO  
 Relatora *ad hoc*



**SENADO FEDERAL**  
**Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**

**ANEXO I – PROPOSTAS DE EMENDAS AO ANEXO DE METAS E PRIORIDADES**

<b>Número</b>	<b>Nome do Autor</b>	<b>Código Ação</b>	<b>Ação descrição (ação+subtítulo)</b>
1	Eliziane Gama	20IE	ARTICULAÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA SOBRE DROGAS
2	Eliziane Gama	21GJ	POLÍTICAS DE PREVENÇÃO, ACESSO À JUSTIÇA E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES
3	Irajá	21GJ	POLÍTICAS DE PREVENÇÃO, ACESSO À JUSTIÇA E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES
4	Omar Aziz	21BM	DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA, PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À CRIMINALIDADE
5	Omar Aziz	20I7	PROMOÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE JUSTIÇA
6	Paulo Paim	2723	POLICIAMENTO, FISCALIZAÇÃO, ENFRENTAMENTO À CRIMINALIDADE E CORRUPÇÃO
7	Paulo Paim	00UZ	IMPLEMENTAÇÃO DE INICIATIVAS VOLTADAS AO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES
8	Paulo Paim	2723	POLICIAMENTO, FISCALIZAÇÃO, ENFRENTAMENTO À CRIMINALIDADE E CORRUPÇÃO
9	Humberto Costa	20UF	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, PROTEÇÃO E GESTÃO DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS
10	Humberto Costa	00R3	TRANSFERÊNCIAS AOS ENTES FEDERATIVOS PARA APRIMORAMENTO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO NACIONAL
11	Plínio Valério	21BM	DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA, PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À CRIMINALIDADE



SENADO FEDERAL  
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

12	Plínio Valério	20IE	ARTICULAÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA SOBRE DROGAS
13	Rogério Carvalho	2725	PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA AO CIDADÃO
14	Rogério Carvalho	00R3	TRANSFERÊNCIAS AOS ENTES FEDERATIVOS PARA APRIMORAMENTO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO NACIONAL
15	Rogério Carvalho	20UF	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, PROTEÇÃO E GESTÃO DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS
16	Jorge Kajuru	21GJ	POLÍTICAS DE PREVENÇÃO, ACESSO À JUSTIÇA E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES
17	Jorge Kajuru	154T	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES OPERACIONAIS E ADMINISTRATIVAS DA PRF
18	Jorge Kajuru	20IE	ARTICULAÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA SOBRE DROGAS
19	Jorge Kajuru	21BM	DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA, PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À CRIMINALIDADE
20	Jorge Kajuru	20I7	PROMOÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE JUSTIÇA
21	Professora Dorinha Seabra	219G	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS)
22	Ana Paula Lobato	20IE	ARTICULAÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA SOBRE DROGAS
23	Ana Paula Lobato	00UZ	IMPLEMENTAÇÃO DE INICIATIVAS VOLTADAS AO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES
24	Ana Paula Lobato	21BM	DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA, PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À CRIMINALIDADE
25	Alessandro Vieira	2723	POLICIAMENTO, FISCALIZAÇÃO, ENFRENTAMENTO À



SENADO FEDERAL  
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

			CRIMINALIDADE E CORRUPÇÃO
26	Alessandro Vieira	20IE	ARTICULAÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA SOBRE DROGAS
27	Zenaide Maia	00R3	TRANSFERÊNCIAS AOS ENTES FEDERATIVOS PARA APRIMORAMENTO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO NACIONAL
28	Zenaide Maia	2725	PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA AO CIDADÃO
29	Zenaide Maia	20UF	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, PROTEÇÃO E GESTÃO DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS
30	Teresa Leitão	2725	PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA AO CIDADÃO
31	Teresa Leitão	00R3	TRANSFERÊNCIAS AOS ENTES FEDERATIVOS PARA APRIMORAMENTO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO NACIONAL
32	Teresa Leitão	20UF	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, PROTEÇÃO E GESTÃO DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS
33	Mara Gabrilli	21BM	DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA, PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À CRIMINALIDADE
34	Augusta Brito	20UF	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, PROTEÇÃO E GESTÃO DOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS
35	Augusta Brito	2725	PRESTAÇÃO DE ASSISTÊNCIA JURÍDICA AO CIDADÃO
36	Veneziano Vital do Rêgo	20IE	ARTICULAÇÃO DE POLÍTICA PÚBLICA SOBRE DROGAS
37	Veneziano Vital do Rêgo	21BM	DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA, PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À CRIMINALIDADE



SENADO FEDERAL  
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

38	Veneziano Vital do Rêgo	21BM	DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA, PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À CRIMINALIDADE
----	-------------------------	------	--

ANEXO II - Nº DA PROPOSTA E AUTOR DE EMENDA AO TEXTO

Número	Nome do Autor	Texto da Lei	Ementa
39	Eliziane Gama	III - decorrer de condições estabelecidas em contratos de financiamento ou acordos internacionais.	Contrapartida Menor Municípios Extrema Pobreza
40	Eliziane Gama	XXV - indenização devida a anistiados políticos, nos termos do disposto na Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, e na Lei nº 11.354, de 19 de outubro de 2006, inclusive derivados de sentença judicial.	Igualdade entre Homens e Mulheres e Violência contra a Mulher
41	Eliziane Gama	a) que desenvolvam projetos de responsabilidade socioambiental ou de atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica;	Enfrentamento à Violência contra Criança e Adolescente
42	Eliziane Gama	Parágrafo único. No detalhamento das propostas orçamentárias, os órgãos setoriais do Poder Executivo federal deverão observar a proporção mínima de recursos estabelecida pelo Ministério do Planejamento e Orçamento para a continuidade de investimentos em andamento.	Enfrentamento à Violência contra a Mulher
43	Izalci Lucas	Art. 20. Observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101, de 2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, o Projeto e a Lei Orçamentária de 2024 e os créditos especiais somente incluirão ações ou subtítulos novos se preenchidas as seguintes condições, no âmbito de cada órgão dos	ALTERA O ART 20



SENADO FEDERAL  
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

		Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União:	
44	Mara Gabrilli	Art. 24. Na aprovação da Lei Orçamentária de 2024, deverão ser observados os valores máximos de limites individualizados de despesas primárias constantes da mensagem que encaminhar o respectivo Projeto de Lei, admitido o ajuste dos referidos valores, desde que respeitada a projeção atualizada do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, informada pelo Poder Executivo federal, nos termos do disposto no inciso XV do Anexo II a esta Lei.	Garantir que os recursos dos IFES
45	Mara Gabrilli	Art. 83. A garantia de execução referente a dotações ou programações incluídas ou acrescidas por emendas de bancada estadual aprovadas na Lei Orçamentária de 2024 com RP 7 observará o disposto na Emenda à Constituição nº 100, de 2019, e compreenderá, cumulativamente, o empenho e o pagamento, sem prejuízo da aplicação do disposto no § 3º do art. 77.	Metade das emendas de bancada para saúde (ASPS).
46	Mara Gabrilli	ANEXO III - DESPESAS QUE NÃO SERÃO OBJETO DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 2º DO ART. 9º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000 - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL	Emenda de Texto - Prevenção e enfrentamento da Violência contra a Mulher



SENADO FEDERAL  
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

47	Mara Gabrilli	ANEXO III - DESPESAS QUE NÃO SERÃO OBJETO DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO § 2º DO ART. 9º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000 - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL	Excetuar de contingenciamento ações de combate à desigualdade de gênero e à violência contra a mulher
48	Alessandro Vieira	Art. 146. Com vistas à apreciação do Projeto de Lei Orçamentária de 2024 e ao acompanhamento e à fiscalização orçamentária a que se referem o art. 70 e o inciso II do § 1º do art. 166 da Constituição, será assegurado aos membros e aos órgãos competentes dos Poderes da União, inclusive ao Tribunal de Contas da União, ao Ministério Público Federal e à Controladoria-Geral da União, o acesso irrestrito, para consulta, aos seguintes sistemas ou informações, e o recebimento de seus dados, em meio digital:	Ampliação Rol Sistemas e Informações Executivo
49	Alessandro Vieira	§ 2º A obrigatoriedade de execução orçamentária e financeira de que trata o caput deste artigo compreende, cumulativamente, o empenho e o pagamento, observado o disposto no § 18 do art. 166 da Constituição.	Transparência Ordem Liquidação Impositivas
50	Alessandro Vieira	I - aos membros do Congresso Nacional, para consulta aos sistemas ou às informações a que se referem os incisos II e IV do caput do art. 146, nos maiores níveis de amplitude, abrangência e detalhamento existentes, e por iniciativa própria, a qualquer tempo, aos demais sistemas e cadastros; e	Ampliação Acesso a Sistemas e Informações Executivo